

35º Encontro Anual da ANPOCS
GT33 - Sobre periferias: novos conflitos no espaço público

**Quando a periferia não ultrapassa as fronteiras. Uma abordagem
Antropológica-Arquitetónica da segurança pública em Lisboa.**

MENEZES, Marluci
Antropóloga, Investigadora do LNEC / Chefe do Núcleo de Ecologia Social (NESO/DED)
e-mail: marluci@lnec.pt

RAMOS, Tânia Beisl
Arquiteta, Investigadora CIAUD / Faculdade de Arquitectura da UTL
e-mail: taniaramos@fa.utl.pt

Quando a periferia não ultrapassa as fronteiras.

Uma abordagem Antropológica-Arquitetónica da segurança pública em Lisboa.

Resumo

Lisboa apresenta uma dinâmica espacial marcada por cenários socioculturais e económicos diversificados identificando múltiplos cenários comportamentais, nem sempre garantidores de segurança pública. A invisibilidade do tecido urbano de alguns destes territórios de insegurança é, contudo, contrariada pela visibilidade dos seus tecidos sociais. A condição liminar destes tecidos evoca fronteiras socio-espaciais. Pensar a intervenção nessas áreas implica, entre outros aspectos, considerar a articulação entre configuração física e organização social. A partir de uma leitura complementar – entre Antropologia e Arquitetura –, e exploratória do Bairro de Chelas, o artigo discute as relações intrínsecas definidas pelos elementos morfológicos do espaço urbano - a rua, a praça, o largo, o lote e as edificações -, sobreposto ao eventual quadro de insegurança pública.

Resumo expandido

A dinâmica espacial de Lisboa apresenta cenários socioculturais e económicos diversificados e complexos, permitindo identificar múltiplos cenários comportamentais, nem sempre garantidores de segurança pública. A invisibilidade do tecido urbano de alguns destes territórios que apresentam insegurança é, contudo, contrariada pela visibilidade dos seus tecidos sociais.

A condição liminar destes tecidos evoca fronteiras socio-espaciais, que podem ser ultrapassadas ou persistir no tempo. O Bairro de Chelas (1964) encaixa-se na segunda referência. Área de promoção pública, o bairro definiu nova orientação de expansão da cidade, mas o seu isolamento físico permanece.

Foi planeado segundo a revisão dos conceitos racionalistas, suportado pela tipologia da agregação dos edifícios habitacionais com elevadas densidades segundo uma distribuição linear. O plano foi suportado por uma legislação própria criada para permitir o controlo na localização das diferentes categorias sociais ali realojadas, refletidas na massa habitacional que estrutura as diferentes zonas.

O bairro situa-se no limite Nascente da cidade, numa área periférica do tecido urbano, com acessos viários de grande porte, o que lhe confere algum afastamento físico relativamente à coroa habitacional que circunda o bairro, desligado da vida urbana envolvente.

É um dos bairros sociais de planeamento integrado que proporcionaram a expansão em grande escala da cidade de Lisboa a partir dos anos 40 do século XX, persistindo nas cinco décadas seguintes, tendo sido projetados segundo a aplicação ou a revisão crítica dos princípios do Movimento Moderno.

A partir de uma leitura complementar – entre Antropologia e Arquitectura –, e exploratória do Bairro de Chelas, reflete-se sobre as relações intrínsecas definidas pelos elementos morfológicos do espaço urbano - a rua, a praça, o largo, o lote e as edificações -, sobrepostos ao eventual quadro de

insegurança pública que, presente no bairro, reflete-se ainda nas imagens exógenas que sobre o bairro são construídas, reforçando ainda mais o seu carácter periférico. Ou seja, aqui é importante a articulação entre configuração física e organização social na compreensão dos significados socio-territoriais que compõem o processo urbanístico de periferização do bairro. Tal articulação é ainda considerada como essencial no âmbito de uma pretensa integração socio-urbanística que ambicione fazer do bairro parte da cidade.

Verifica-se que apesar de uma pretendida heterogeneidade social, permanece neste bairro a marca negativa de área habitacional fonte de insegurança relativamente aos bairros contíguos – Olivais Norte (1955-58) e Olivais Sul (1960). Questionar as características da sua evolução, passadas mais de quatro décadas da sua ocupação, é necessário. Para tal apresenta-se, numa primeira fase, o registo dos atos criminais presentes no bairro e realizado trinta anos da sua inauguração. Este registo identifica a ocorrência quantitativa de sete tipos de violência arquivados no órgão competente, segundo o Número Único de Identificação do Processo Criminal – NUIPC, cobrindo o período de um ano. Este primeiro registo e a sua comparação, segundo dados semelhantes, aos bairros vizinhos, também eles suportados pela mesma legislação, permitirá associá-los aos diferentes modelos urbanos aplicados.

Num segundo momento, a leitura do espaço público envolvente aos edifícios incide na identificação dos sinais exteriores de manutenção ou em sentido contrário, de degradação. Uma vez que a dimensão do bairro ocupa uma extensa área urbana, o estudo incidiu no seu atravessamento, percorrendo a ‘rua pedonal’ definida pelo autor no plano urbanístico. O percurso permite a observação de um trecho significativo do bairro, possibilitando uma avaliação paralela sobre o tema. Num terceiro momento, a leitura da imagem do bairro será discutida a partir da análise de fontes jornalísticas e sociológicas.

A dicotomia entre integração e segregação, entre proximidade e afastamento do bairro relativamente ao tecido urbano de Lisboa é analisada. Salienta-se, assim, que este bairro assume-se, cada vez mais, como espaço de fronteira, passível de motivar perceções de insegurança. Neste sentido, pensar a cidade como um lugar público implica pensar a segurança urbana a partir da relação entre a organização social e a organização espacial, objetivo deste artigo.